

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-6-2018.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foram apregoados os Ofícios n^{os} 567, 569 e 550/18, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 006 e 007/18 (Processos n^{os} 1033 e 1038/18, respectivamente) e Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo n^o 016/17 (Processo n^o 2036/17). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Cláudio Janta, Karen Santos, Moisés Barboza, Fernanda Melchionna, Felipe Camozzato, André Carús, Rodrigo Maroni e Moisés Barboza. Na oportunidade, foi apregoado o Memorando n^o 010/18, de Fernanda Melchionna, comunicando, nos termos do artigo 227, §§ 6^o e 7^o, do Regimento, sua participação, no dia vinte e um de junho do corrente, no debate “Maio de 1968: o papel da juventude nas encruzilhadas da história”, na Universidade Federal do Pampa, em Bagé – RS. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 004/18 (Processo n^o 0720/18). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda n^o 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 004/18, por trinta votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Na ocasião, foram apregoadas as seguintes emendas: n^o 07, assinada por Mendes Ribeiro, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 002/18 (Processo n^o 0589/18); n^o 01, assinada por Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei do Executivo n^o 005/18 (Processo n^o 0718/18); n^o 16, assinada por Dr. Goulart, ao Projeto de Lei Complementar do

Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18). Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18. O Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18 foi encaminhado à votação por Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Sofia Cavedon, Mendes Ribeiro, Mauro Pinheiro, Dr. Thiago, Prof. Alex Fraga, Aírto Ferronato e Cláudio Janta. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18, por nove votos SIM e vinte e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Após, foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, assinadas por Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/18 (Processo nº 0590/18). Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18, por oito votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely e Paulinho Motorista e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18, por trinta e três votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Márcio Bins Ely. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18. Também, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Dr. Thiago. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 002/18 (Processo nº 0589/18), o qual, após ser discutido por Adeli Sell e Sofia Cavedon, teve sua discussão suspensa, em face da

inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18. Durante a Sessão, Adeli Sell, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e doze minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, Mônica Leal e Adeli Sell e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mônica, Presidente desta Sessão, colegas Vereadoras e Vereadores, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, em nome da nossa bancada, do Líder Oliboni, da Ver.^a Sofia e do Ver. Sgarbossa, eu, que sou daqueles que sempre digo que perguntar não ofende, vou começar a fazer perguntas. Minhas perguntas não serão socráticas, porque filosofia, no momento de crise em que nós vivemos em Porto Alegre, teria pouca serventia. A filosofia aqui tem pouca serventia, meu Líder Oliboni. Aqui o que conta, de fato, são as ações. Agora, em nenhum momento, Ver. Cláudio Janta, alguém pode se furtar daquilo que a gente chama de verdade. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, quando começamos a discutir os projetos, dizíamos que o IPTU não tem pressa porque, se votarmos até 30 de setembro, está dentro do prazo normal. Na Comissão do IPTU eu tive a liberdade e a ousadia, em nome da bancada do PT, em dizer: nos comprometemos a votar no dia 15 de setembro. Até agora não houve uma decisão efetiva. Aí, Ver. Bosco, V. Exa. que tem me instigado tanto nos últimos dias aqui no plenário, especialmente sobre o tema do IPTU, a bancada do PT mantém sua posição de que é preciso fazer uma reavaliação da planta genérica de valores, de que é preciso ter o imposto progressivo, pois temos que ver melhor a questão dos terrenos.

Sobre este ponto é que eu quero me deter um pouco. Instigada pelo Prefeito, depois de uma reunião, a bancada do PT fez uma emenda sobre a questão da progressividade no tempo, e daquele dia em diante, com várias entidades que vieram aqui e declinaram apoio em nome de instituições, olho para trás no plenário e encontro fulano, beltrano e sicrano, dirigentes da entidade A; olho para lá, beltrano, sicrano e fulano, da entidade B; e chamam para dizer o quê, Ver. Mendes Ribeiro? Que tem problemas no IPTU. Ora, o que é que está valendo? Tem uma necessidade imperiosa de rever a planta de valores? Acho que tem. Como será feita? Esse é o debate, Ver. Prof. Alex. Regiões fiscais, qual é o patamar do valor venal? Agora abro os jornais e leio: aluguel de um dos prédios mais chiques do Centro de Porto Alegre para a Prefeitura, quando deixaram o prédio da SMIC desabar, quando tem lugares devolutos na Borges de Medeiros, 2244, Ver. José Freitas! Quando veja que pagamos alugueis de vários

lugares, aí fecha a Microrregional 7 do Conselho Tutelar. “Não temos lugar ainda”. Mas não tem lugar para um Conselho Tutelar, que se paga R\$ 2 mil na periferia, R\$ 1 mil para uma salinha, duas, para ter aquela reserva? Aí aluga num prédio chiquetíssimo no Centro de Porto Alegre, R\$ 3,5 milhões, uma babilônia por mês! Está difícil, está muito difícil! Aí verificamos aluguel de estacionamento para os carros do Paço Municipal. Caramba! Nós tínhamos um espaço na Azenha, nós temos espaços no DMLU, nós temos tantos espaços, não tem lugar para estacionamento, tem que ser no Centro, de aluguel, durante o dia, não pode ficar ali na frente do Paço Municipal? Com a Guarda todo dia? Freitas, V. Exa. que foi dirigente da Guarda, a Guarda olha os carros que estão ali ou não olha? Olha, claro, são servidores honestos. Aí, verifico que amanhã retornaremos às obras da Av. Tronco, eu espero! Eu espero! Mas tem que ter pactuações, Moisés. Tem que ter pactuações, ali têm famílias sofridas que não receberam o aluguel social. Tem gente que se comprometeu com o bônus moradia e já perdeu o seu negócio, como será? Eu estou atento, nem esperem de mim barricadas amanhã, Moisés, não é meu feitio, não é meu feitio. Eu quero que a obra continue, mas eu quero também que me digam como será. Como será, esta é a questão. Para concluir, quero dizer que nós estamos preocupadíssimos, iremos, hoje à noite, na audiência pública, com mais perguntas do que entramos na Comissão Especial do IPTU. Eu sei, Ver. Freitas, que V. Exa. fez questionamentos duríssimos numa das nossas reuniões, duríssimos. E V. Exa. é um homem tremendamente resiliente, da paz. Mas há momentos em que nos provocam para a guerra, não é o nosso feitio, e puxar tanto a corda até que arrebente, devagar com o andar. Nós queremos segurança, queremos segurança jurídica, e queremos boa-fé, boa-fé subjetiva, aquela do coração, da moral. Nós também queremos boa-fé objetiva, aquela do voto, o que for aprovado aqui, que foi dado sinal verde, tem que valer sempre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, tem um ditado popular que diz que porta arrombada não se bota mais tranca, esse ditado vem agora no momento em que esta Casa vive. A porta foi arrombada com os 14 ou 16 projetos do Executivo, que esta Casa começou a discutir na segunda-feira, e hoje a tranca, Ver. José Freitas, foi escancarada: mais um projeto entrou aqui na Casa, protocolado com regime de urgência. O nosso soberano, que fala com o próprio espelho, o Prefeito desta Cidade, acha que esta Casa tem que se render aos seus prazeres, que esta Casa não é um poder soberano. Assim pensa o nosso Presidente quando acatou os 16 pedidos de urgência que não se baseiam no Regimento desta Casa – que diz que não cabe regime de urgência nem artigo 81 a PELOs. Vamos votar, em breve, quatro regimes de urgência a PELOs, que são projetos de alteração da Lei Orgânica do Município. O Prefeito obteve derrotas esta semana quando se aprovou,

na segunda-feira, com uma emenda na alteração de um projeto seu. Eu acredito que, para o bem da Cidade, vai obter muito mais derrotas. O Prefeito fica mentindo na questão do IPTU; hoje já está aí seu Secretário da Fazenda, para fazer *lobby* com os Vereadores; hoje já está aí o articulador do Governo, que fica com a planilha dos CCs, o Christian – uma pessoa gente boa, meu amigo –, já estão aí para fazer o *lobby* em cima dos projetos do Governo, um Governo que mente para a população. Reafirmo: estava aqui a indignação do Ver. Adeli Sell quando o Governo diz que não tem dinheiro, mas tem centenas de prédios e aluga um prédio, no Centro de Porto Alegre, para alocar uma Secretaria. Um Governo que diz que não tem dinheiro, mas faz publicidade; saiu uma parte da publicidade no Diário Oficial, e a outra, a que não saiu no Diário Oficial? Graças a uma lei aprovada nesta Casa, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Mendes Ribeiro, todos viram quando saiu o anúncio, está lá o valor da publicidade: R\$ 5 milhões. Não era para falar em sífilis, em doença sexualmente transmissível, mas para fazer propaganda de uma lei, de minha autoria, aprovada nesta Casa, sobre a abertura dos postos de saúde – na semana passada, foi inaugurado um no bairro Tristeza. Não consta o quarto posto de saúde que abre até as 22h, que é o do bairro Rubem Berta; só aparecem os três, não aparece o quarto. Não fala a verdade sobre o IPTU. Por que não colocam o simulador a funcionar? O simulador comprova que vai aumentar o IPTU de todo mundo. Foi colocado no ano passado aqui na Câmara de Vereadores, comprovando o aumento do IPTU. Ficam mentindo para a população. Por que não divulgam o projeto que está junto que acaba com todos os conselhos desta Cidade – Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal de Transporte Urbano. Agora, entra mais um projeto com urgência nesta Casa, atropelando os projetos dos Vereadores, atropelando o ritmo desta Casa, com uma pressa desvairada para votar os projetos. Só que os seus apoiadores já estão vazando água. Hoje, duas entidades já largaram o barco do Prefeito, dizendo que não vão mais apoiar esse projeto suicida do IPTU. O Prefeito disse, há poucos meses, que as galerias faziam os Vereadores mudarem de ideia, faziam os Vereadores tremerem, que grupelhos vinham para a Câmara de Vereadores intimidar os Vereadores. Hoje, o Prefeito usa este expediente tentando nos intimidar com sindicatos patronais. Esses mesmos que botam campanhas nas ruas contra o aumento de impostos, hoje, querem que esta Casa se posicione a favor do aumento do IPTU. O IPTU vai aumentar, sim, porque revisão é uma coisa, aumento é outra. A proposta do Governo aumenta o IPTU em 30%, 30% e 30%. Tem emendas botando em 10%, 20%. Aumento é aumento, e o povo de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil não aguenta mais aumento de impostos. Revisar a planta é uma coisa, aumentar o valor do IPTU é outra. O povo de Porto Alegre não aguenta mais aumento de impostos. Eu sugiro que o Secretário da Fazenda, que os Secretários do Governo cobrem os credores que devem impostos ao Município de Porto Alegre e, não, sobretaxar a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, quero colocar que, desde a última vez que a gente assumiu aqui na Câmara de Vereadores, em novembro de 2017, viu que a vida do povo batalhador, a vida do povo brasileiro só piorou, ainda mais com a aprovação das reformas, da terceirização, da reforma trabalhista, do ajuste fiscal do Governo Temer, que faz com que a gente chegue hoje num número recorde de quatorze milhões de trabalhadores desempregados, trinta milhões de trabalhadores em situação de subemprego e uma piora geral na qualidade de vida, além do aumento da violência que também culminou com o assassinato da Vereadora do Rio de Janeiro, companheira Marielle, em pleno regime de intervenção militarizado, que mostra por A mais B que intervenção nunca foi e nunca vai ser a solução para os problemas da classe e para o problema de violência que está colocada dentro do nosso País. A greve dos caminhoneiros colocou o Governo num impasse que mostra a impossibilidade da elite brasileira hoje resolver o problema da crise sem estar colocando nas nossas costas, nas costas do trabalhador, do povo que está na batalha todo o dia a conta dessa crise. A greve dos caminhoneiros também demonstrou que o povo tem disposição de ir para a luta, de lutar pelos seus direitos e de se colocar na ofensiva contra esses governos. Dentro desse contexto de Brasil, é inviável e absurda a proposta dos projetos que o Governo Marchezan vem apresentando para a nossa Cidade. Em um ano e meio de mandato, o Governo Marchezan virou nossa Cidade de pernas para o ar, conseguiu comprar briga com os carnavalescos, com os trabalhadores do Município, com os moradores de rua, com as comunidades escolares, com o povo da cultura, da arte de rua da nossa Cidade. Esse pacote que está entrando em votação, inicia essa semana de votação aqui neste plenário, nada mais é do que um “liquida Porto Alegre” para os ricos desta Cidade, essa nova proposta de IPTU que diz que é uma taxa progressiva. A gente tem que perguntar: é progressivo para quem? Porque a gente já sabe que essa proposta prevê 25% de desconto para setores de empresários desta Cidade, também a redução de taxa das áreas não ocupadas, e a gente também já percebe que o metro quadrado, principalmente dentro das periferias da nossa Cidade, vai ficar mais caro do que é hoje. Para o caos do déficit de moradia da nossa Cidade, é um impacto muito maior, que já coloca um aumento de 75% da população de rua dentro das nossas cidades. O projeto de lei que propõe a criação do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, combinado com o projeto que amplia as parcerias público-privadas, permite a venda de ativos da Prefeitura, que nada mais são do que áreas como o Mercado Público, o Hospital Presidente Vargas, o espaço cultural Nilo Feijó, áreas indígenas e quilombolas retomadas, como o Morro do Osso, o Fidelix, o Guaranha, além das empresas públicas, como a Carris, o DMAE e a própria Procempa, que hoje está com os trabalhadores em greve, lutando contra esse desmonte. É uma cajadada ainda maior, ainda mais forte nos nossos direitos em todos esses espaços e territórios da Cidade que foram conquistados pelo movimento, que foram conquistados pelos trabalhadores. Além das iniciativas importantes, como a gente tem no projeto Meninas

Crespas, lá na Vila Restinga, a Orquestra Villa-Lobos, o projeto da robótica, da comunidade da Vila Mapa, que estão sendo desarticulados por este Governo, que está alegando falta de dinheiro. Falta de dinheiro ao mesmo tempo em que a gente vê um crescente no número de CCs, junto com várias denúncias de corrupção dessas nomeações. Esse pacote de maldades, que vai ser votado nesta Câmara, atinge a vida dos trabalhadores do Município e impacta a vida da população também. Trabalhadores que, inclusive, estão em luta, em greve, todo ano estão em luta, estão em greve contra esses governos, e este ano não está sendo diferente. Há um ataque hoje, com esse pacote de maldades, que visa a desarticular o plano de carreira desses trabalhadores e também a aposentadoria. Tudo isso para colocar que o Marchezan vem governando para os ricos desta Cidade, para o setor do empresariado, que não tem comprometimento nenhum com as demandas do povo trabalhador, do povo porto-alegrense e que está usando muito da sua influência e do seu dinheiro para conseguir ampliar a base aliada, inclusive, aqui dentro desta Câmara de Vereadores, para conseguir aprovar esses projetos.

E a importância da luta: assim como aconteceu com os trabalhadores do Município, em São Paulo, que conseguiram impor uma derrota ao Governo Dória, do PSDB, a greve dos municipais em Porto Alegre tem uma potência gigante para estar enquadrando o Marchezan. O nosso mandato vem nesse sentido, vai ser um apoio à luta desses trabalhadores, dizendo que eles não vão nos calar e que a nossa luta pelos direitos já, agora, ela é legítima e necessária para conseguirmos enfrentar esses governantes, como o Temer, Sartori e Marchezan, que vêm colocando nas nossas costas essa crise que está posta. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o Memorando nº 10/2018, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento ‘Maio de 1968: O Papel da Juventude nas Escruzilhadas da História’, a ser realizado no Campus Bagé, da Universidade Federal do Pampa, em Bagé – RS, no dia 21 de junho de 2018. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na verdade quero usar este tempo para fazer o lançamento, neste momento, da nossa Campanha do Agasalho aqui na Câmara de Vereadores. Eu participei, no último domingo, de uma iniciativa da comunidade judaica de Porto Alegre, que se chama Ion Mitzvah, que é o dia do compromisso, o dia da obrigação, o dia da caridade, obrigação que nos une a todos num laço de solidariedade. Fizemos, como todos os anos, e hoje estamos iniciando a nossa aqui na Câmara Municipal. Então, quero pedir aos Srs. Vereadores, quero pedir aos gabinetes, quero pedir às assessorias que, por favor, divulguem. Falei com a Secretária Denise Russo. lá, no domingo, e a Câmara de

Vereadores, historicamente, tem sido um local que recebe muita roupa, então peço aos Srs. Vereadores que tragam agasalhos de um modo geral. Alguns são mais necessários que outros, como, por exemplo, cobertas, edredons, e se alguém, os Vereadores, os gabinetes, as assessorias, e se a própria TVCâmara puderem nos ajudar nesse sentido, é importante.

Nessa mesma esteira, nós tivemos uma ação inovadora nessa semana com os garis de Porto Alegre, que foi a vacinação. Transformamos o nosso Ambulatório da Câmara – e quero aqui agradecer às três médicas do nosso Ambulatório – num espaço, num posto público de saúde, e fizemos a vacinação dos garis da Cidade, que é uma categoria importantíssima. Essa questão, como tantas outras na vida, a gente acaba só valorizando, só dando importância quando falta, e a limpeza da Cidade é fundamental, é essencial. Às vezes, nós temos problemas no pagamento das faturas, esse tipo de coisa, e a gente se apercebe da importância desses trabalhadores, exatamente nesse momento. Entre outras coisas, porque nós precisamos aumentar mil por cento a nossa consciência coletiva de cidade, porque a quantidade de lixo que é depositada, todos os dias, pela falta de consciência, Ver. André Carús, é algo absurdo. Se faltassem, um dia, os garis de Porto Alegre, nós iríamos ver o quanto da nossa má educação nesse aspecto e do desrespeito nosso, como sociedade, para com a nossa Cidade. Então, é preciso aumentar esse nível de consciência.

Vereadores, eu quero ainda também comunicar que eu tive, ontem à tarde, a confirmação do Ministro Nelson Jobim, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e, junto com ela, a confirmação do Sr. Michael Parker, Ver.^a Comandante Nádia, e do chefe de polícia da Bélgica, defini, aqui, com a nossa Escola do Legislativo, e nós vamos estar promovendo, no dia 3 de agosto, o seminário Um Pacto pela Segurança. Nós estamos convidando aqui o Ministério Público, a Ajuris, a OAB, estamos convidando educadores, estamos, enfim, buscando fazer um seminário o mais amplo possível. Estamos convidando aqui, eu vejo a representação da OAB, o nosso Presidente Lamachia, para um painel, queremos trazer o Juiz Marcelo Bretas, estamos aguardando a sua confirmação, vamos trazer o Ministério Público, vamos trazer pessoas que falam do direito penal com uma perspectiva esquerda e pessoas que falam do direito penal com uma perspectiva direita, para podermos cotejar essas questões. E o último painel será esse painel encerrado aqui, pelo Ministro Nelson Jobim, ex-Presidente do STF.

E, por último, Srs. Vereadores, e não menos importante, eu quero aproveitar essa fala de Presidente, compreendendo a importância que tem a fala de Presidente para um posicionamento que muitos vão perguntar “mas o que tem a ver a Câmara Municipal de Vereadores, ou a cidade de Porto Alegre, com uma questão como essa que o Ver. Valter vai trazer à tribuna?” Eu acho importante o posicionamento institucional, e é isso que eu quero fazer aqui. Ver. Camozzato, para quem acredita no liberal conservadorismo como eu, que vim me aperfeiçoando, ao longo do tempo, nas minhas convicções, a liberdade é o valor mais importante, a liberdade é um valor universal. Mas, ao lado da liberdade, nós precisamos colocar os grandes valores que foram construídos pela humanidade ao longo da sua história, especialmente a partir do

Iluminismo. E a solidariedade é um valor importante, assim como o humanismo. É óbvio que a gente tem que ter estabilidade econômica, estabilidade jurídica, liberdade para empreender – tudo isso é importante. Por que eu estou falando isso? Porque há um limite entre o que é um liberal conservadorismo e o que são as ideologias totalitárias. Eu aqui manifesto – alguém que é admirador dos Estados Unidos da América, da cultura americana, que defende sempre muitos dos seus valores – o meu repúdio à política de segregação de família, de separação de filhos e de pais. Primeiro, já acho estranho que seja considerado emigrar um crime. Nós somos feitos de imigração: nós somos um País de imigrantes, os Estados Unidos são um país de imigrantes e a América é um continente de imigrantes. Nesse contexto, Porto Alegre é a Capital do País mais importante da América do Sul, que tem uma Embaixada dos Estados Unidos da América, e, nesse sentido, como Presidente desta Casa, deste Parlamento, pelo respeito, pelo carinho, pela admiração que tenho por aquele grande país, manifesto minha inconformidade com a política de segregação de crianças e famílias. Nada justifica! Nada justifica a criminalização da imigração e nada justifica a segregação de famílias. Isso separa alguém que é liberal-conservador de um regime que é arbitrário, que flerta com o fascismo ou que pode flertar com o comunismo ou que pode flertar com qualquer visão que seja descomprometida desses valores. Não aceito! E quero deixar aqui consignado exatamente essa condição. E espero que essa decisão seja revista. Lembrou-me muito o nazismo! Só falta, para isso, nós partirmos para uma política de eliminação, porque segregar famílias, separar crianças de pais é uma política que flerta com o totalitarismo. Não me digam qualquer outra coisa. Então, deportemos de volta as pessoas para o México, para a Guatemala, para a Colômbia, para onde for, para o Brasil, mas não encarceremos as pessoas pelo direito de buscar uma vida melhor. E, mais importante, mais significativo que isso: que nós não separemos pais de filhos, porque isso é uma maldade que grita aos céus, porque não é possível que ninguém que tenha senso de justiça se cale com relação a isso! Eu queria, na condição de Presidente desta Casa, deixar aqui este registro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Antes, quero cumprimentar o Presidente Valter Nagelstein por essa sua posição. Casualmente, Valter, estou lendo o Fascismo Eterno, uma palestra que Umberto Eco deu nos EUA, em 1995, sobre o Ur-Fascismo, que vem bem ao encontro do que Vossa Excelência acabou de colocar. Venho apenas solicitar à Mesa que pudesse fazer uma proposição em contraponto ao Marcelo Bretas, digno Promotor de Justiça, por quem tenho grande discordância, com um jurista local que poderia sugerir, para ter um contraponto neste debate; de resto, concordo com Vossa Excelência. Mais uma vez o parabeno, principalmente por sua posição acerca dessa barbaridade que foi cometida pelo governo americano nos últimos dias.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mônica, colegas, todos que nos acompanham. Bom, ouvi aqui atentamente na última Sessão, hoje novamente, a polêmica sobre o aluguel do prédio. Venho aqui em respeito ao pedido de vários colegas explicar sobre a questão do prédio que está sendo locado pela Prefeitura. Em primeiro lugar, temos que deixar claro que o prédio do EdificaPOA foi solicitado pela justiça eleitoral; então, aquele prédio está sendo desocupado, está sendo entregue. Nós temos, na realidade, um aluguel naquele prédio todo, como foi dito nesta tribuna, mas importante é o que não está sendo dito: vamos, na realidade, unificar lá todas as questões referentes ao licenciamento, inclusive vamos ter a SMAMS no mesmo prédio, vamos ter uma unificação que leva à melhoria do atendimento para o cidadão. E vamos aos números reais, não os que estão sendo utilizados nas redes sociais. Nós temos, de verdade, um custo de R\$ 21 mil reais a mais do que se paga hoje, porque outros imóveis serão entregues. Hoje a gente gasta R\$ 76 mil mensais por todos os departamentos que estarão unificados lá. Então, temos um custo real, verdadeiro, para a população saber – não a mentira que gostam de repetir para angariar insatisfações, e, em ano eleitoral, fazer o que todos nós sabemos que se faz – de R\$ 21 mil mensais para que a gente tenha unificado o atendimento dos licenciamentos da Prefeitura.

Eu preciso também, no dia de hoje, agradecer – e eu lamento que hoje as galerias não estejam cheias, Ver. João Bosco, Ver. Cassiá, Ver. André Carús, e principalmente alguns colegas que ganharam *outdoor* na Cidade. Eu nunca tive recursos, nunca tive condições de ter um *outdoor* na Cidade – nunca, Carús! Mas o Simpa pagou um *outdoor* para mim. Então, eu quero agradecer, neste momento, ao Simpa porque eu fiquei muito feliz pela maneira deturpada com que um sindicato pagou um *outdoor* para mim, para o Filipe Camozzato, para o Mauro Pinheiro, para os Vereadores do PTB, para o Wambert. Nós estamos fazendo uma discussão, e parece que alguns projetos aqui, como o da licença-prêmio, que é um deles, fazer um debate com a sociedade, só que botaram lá que nós somos contra a Cidade. Ninguém é contra a Cidade, nós estamos revendo, sim, inclusive benefícios nossos, de homens públicos. E o sindicato pagou um *outdoor*, e eu queria agradecer ao Simpa que, com seus recursos, pagou um *outdoor* para a gente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu quero trazer a esta tribuna mais um descalabro do Estado e do desmonte da educação pública que está acontecendo neste momento com a Escola Técnica Estadual de Saúde do Hospital de Clínicas, a escola que funciona na Rua São Manoel, que atende a 1.200 estudantes nos cursos técnicos de radiologia, no curso técnico de nutrição e dietética, nos cursos que tem profissionalizado cerca de 200

trabalhadores e trabalhadoras por semestre para atuar em gestão hospitalar também. Sobretudo jovens da periferia, sobretudo estudantes, trabalhadores, oriundos da escola pública, negros e negras, população de baixa renda, que encontra nessa escola uma oportunidade de concluir os seus estudos. Essa escola foi construída pela Seduc, ao lado do Hospital de Clínicas, justamente para ter uma formação para trabalhadores que participavam dos processos eletivos e que também fazem um trabalho social fundamental, que são as aulas às crianças internadas no Hospital de Clínicas, que estão, às vezes, meses e até anos longe das suas casas. Crianças com fibrose cística, crianças com uma série de doenças. Pois bem, o Governo Sartori quer fechar essa escola, dizendo que vai mandá-la ao Júlio de Castilhos, quando, na verdade, no Julinho sequer tem as salas de aula para comportar os 1.200 estudantes. Quando sequer tem a infraestrutura para que os laboratórios possam funcionar. E quando nós sabemos que o papo-furado de transferência é uma forma de fechar uma escola sem dizer que está fechando. Porque é óbvio, se você fecha toda a estrutura, fecha as condições da formação técnica, é evidente que essa escola vai ser desmontada ao longo do tempo. Eu estive hoje com a Raquel Matos, nossa chefe de gabinete, lá na escola, conhecendo a infraestrutura e, ao mesmo tempo, trazendo aqui na Câmara de Vereadores o nosso apoio a essa escola. Fizemos também uma moção que vamos apresentar para que possamos fazer um movimento de preservação dessa escola técnica, como fizemos com outros casos de escolas que estiveram na berlinda. Infelizmente, a lógica dos governos neoliberais é, inclusive, fechar escolas, fechar a porta da educação, fechar a possibilidade de profissionalização, fechar a possibilidade de profissionalização, fechar a possibilidade das escolas que atendem pessoas das periferias. Parece que os pobres não têm direito à educação, parece que, nos bairros, enfim, só pode ter, ou escolas privadas, ou fechamento de escolas públicas com claro atendimento social, como foi o caso da tentativa de fechamento da escola lá na Auxiliadora, que a mobilização da comunidade garantiu a última brizoleta construída pelo Brizola. Ao mesmo tempo, o que nós temos que fazer agora com essa escola técnica, eu trago a esta tribuna, repudiando esse jogo de empurra da Seduc, que não diz por que quer fechar, diz apenas que é parte da expansão do Clínicas, quando nós, Vereadores, sabemos que a expansão do Clínicas não previa nada com relação à escola técnica. Ao contrário, as maquetes mostravam a permanência da Escola Técnica de Saúde ali na Rua São Manoel. Então é uma mentira, o que querem é, talvez, construir estacionamento. O que querem, talvez, é vender um próprio estadual para a especulação imobiliária, mas que não é para expandir saúde pública não é. Nós temos essa convicção. Já aproveitamos para fazer essa denúncia e nos colocar à disposição da comunidade escolar para essa defesa. Ontem houve um protesto com centenas de estudantes nas ruas de Porto Alegre, com abaixo-assinado, e tem apoio da bancada do PSOL, da oposição. Quero agradecer também a cedência do tempo de oposição para esta pauta.

Quero dizer ao Ver. Moisés – eu não poderia deixar de responder – duas coisas: primeiro, não são os prédios que vão garantir o atendimento pleno à população. O Vereador disse assim: “Nós vamos alugar, porque, alugando prédio, aí a população vai ser bem atendida”. Quem atende bem a população é funcionário público, e esses

vocês estão tentando massacrar a carreira. Não é unificar. Unificar nas mesmas salas, nos mesmos espaço... Já tem o EdificaPOA, que nós conhecemos, que também tem parte do prédio que é alugado; tem o prédio abandonado da SMIC na Osvaldo Aranha. Garantir um atendimento adequado à população passa, primeiro, pela reposição do RH que falta e, sobretudo, pelo respeito aos funcionários. Não é possível que um governo que ataca diariamente o servidor, que o trata como inimigo, que trata servidor lamentavelmente como se fosse vagabundo diga que o que vai resolver vão ser as propagandas de televisão e os prédios, e não aqueles homens e mulheres que estão na frente do atendimento e que muitas vezes sequer condições físicas, condições estruturais têm.

Hoje, na Saúde, faltam 500 técnicos em enfermagem. Vocês sabem – recentemente passei quase uma madrugada no HPS num caso pessoal – a quantidade de pessoas que se atende com a falta de profissionais que tem! Vocês sabem – o Alex é professor da rede municipal; a Karen é da rede estadual, a Sofia também – a quantidade de professores que faltam na rede municipal de ensino. Na assistência social é um desmonte, é global na assistência. Então, o que temos é uma política de desmonte, e isso vai precarizar lamentavelmente serviços públicos à população. Mais do que isso, o debate não é só dos R\$ 3 milhões do aluguel; o problema é que o governo diz que não tem dinheiro para pagar salário, não tem dinheiro para botar chuveiro quente para os moradores de rua do albergue municipal, que não tem dinheiro para pagar salário dos vigilantes, que estão há cinco meses sem receber, não tem dinheiro para pagar o salário dos catadores e recicladores – nem é salário, é a verba para os galpões – e, ao mesmo, tempo tem dinheiro para publicidade, cargos em comissão, tem dinheiro para propaganda nobre na hora do Fantástico e tem dinheiro para aluguel de prédio. Aí há contradição, aí está o nosso repúdio.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZATTO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica, gostaria de fazer eco inicialmente à fala do Ver. Valter, quando ele traz o tema da solidariedade. Na verdade, é uma breve reflexão sobre o assunto, pois solidariedade é um tema bem interessante. Uma coisa que nós, liberais, muito discutimos quando falamos sobre a questão da solidariedade e o papel do Estado nesse âmbito é a convicção e a mostra que nós temos de que, quanto mais o Estado se arroga na função de prover solidariedade de maneira institucional, menos o cidadão é propenso a fazê-lo, menos fica solidário com a sociedade. E cabe lembrar que os Estados Unidos, que são um exemplo de nação onde se discute muito a questão do papel do Estado e também do próprio capitalismo, é uma das nações do mundo que mais possui caridade, que mais possui entidades assistenciais, porque lá, muito antes de se fazer o Estado ter o papel de ser solidário, de impor algumas regras como nós, muitas vezes, fazemos, o cidadão

americano se arroga no dever de ser solidário com o seu próximo. E aí cabe lembrar dos assentos preferenciais aqui no Brasil ou mesmo das filas para idosos nos supermercados. A gente sabe que, no dia a dia, muitas pessoas acabam adotando como automática a percepção ou a conduta de que por haver uma fila preferencial, logo não é necessário ceder espaço na fila em que se está para uma pessoa de mais idade ou para uma grávida. Na verdade, essa é uma questão de bom senso, uma questão humanitária, não precisaria ter uma lei obrigando a ter uma fila. E conforme a gente vai institucionalizando essas coisas, colocando uma lei para ter uma fila exclusiva, a gente acaba fazendo com que as pessoas recorram somente à lei e não haja mais atos de solidariedade à humanidade. Bom, mas, dito isso, queria adotar o tema da CEFOR nesta terça-feira, um tema muito relevante para Porto Alegre, especialmente nessas semanas que nós temos os debates sobre os projetos de reforma para a Cidade. Tivemos, terça-feira, na CEFOR, a diretoria do Previmpa, que tratou do tema da previdência municipal, esta que é uma das maiores despesas do nosso orçamento, consome cerca de mais de R\$ 700 milhões ano do Orçamento Municipal, e está com projetos do Governo para ser reformada. Um tema muito interessante inclusive, já que o IPTU – que é um dos outros projetos de aumento de receita – pode nos entregar um aumento de R\$ 68 milhões e que ataca - ou pelo menos o argumento do Governo é de que ataca – uma série de injustiças, muito embora exista uma série de outras injustiças que não são abordadas pelo projeto. E é justiça lembrar aqui que o Ver. Cassio, que tem estado junto comigo e com outros Vereadores da Comissão Especial, tem tocado um ponto fundamental que são as divisões fiscais que não estão sendo abordadas de maneira adequada nesse projeto de Governo e poderiam estar sendo corrigidas injustiças que o Ver. Cassio Trogildo já trouxe mais de uma vez e que eu acho que têm todo o mérito de serem debatidas e corrigidas neste projeto.

Mas a previdência, uma das nossas maiores despesas, ela, por si só, é um elemento de bastante injustiça no nosso Município. E o projeto de previdência complementar e de alteração de regras, na minha opinião, após a apresentação do Previmpa na Comissão de Finanças e Orçamento, é muito generoso. Num cenário onde nós temos uma projeção de déficit de R\$ 435 milhões para a Prefeitura, são muito poucas regras, muito pouco se mexe para que se contribua para um resultado melhor da nossa previdência. Ficou muito generoso ainda, na minha opinião, para a gravidade da situação financeira que temos hoje. Eu entendo que toda a equipe do Previmpa, muito competente, por sinal, que estava conosco, tenha feito as mais diversas simulações, mas comentei isso na Comissão de Finanças e Orçamento, aliás, me chamou a atenção inclusive a postura de um dos Diretores do Simpa, que estava um pouco resistente, mas para mim, o projeto está generoso demais. Há uma série de benefícios que continuam ali e que foram pouquíssimo mexidos pelo projeto da Prefeitura, que poderiam ter sido mais mexidos. A previdência complementar é excepcional, é importantíssima para que a gente consiga melhorar o ambiente previdenciário de Porto Alegre, mas é preciso que a gente ataque alguns dos problemas que estão ali constando, que estão sendo abordados superficialmente.

Dentro desses problemas, eu gostaria de mencionar os *outdoors* do Simpa, e estou lá, junto com outros colegas Vereadores, e faço jus ao coro do Moisés, agradeço pela publicidade, mas está errada a frase que está lá colocada: “Vereadores contra a Cidade e o serviço público”. “Vereadores contra privilégios” deveria ser a frase, porque licença prêmio, avanço automático de 5% do salário a cada três anos, descontada a inflação, incorporação de gratificações para aposentadoria sem merecimento, como o próprio Previmpa já identificou diversos casos de fraudes e que hoje a lei é complacente, e que pouco isso é abordado nos projetos de reforma da previdência, isso tudo é endereçar certos privilégios concedidos, muitas vezes, injustamente, a servidores que estão ou fraudando, ou pegando um cargo por um ou dois meses para usufruir depois de uma aposentadoria que não merece, em detrimento de muitos outros que podem não ver sua aposentadoria ao final do seu trabalho, Ver. Alvoní Medina. Trabalham a vida inteira para a Prefeitura e por conta de alguns que vão lá e fraudam a previdência não conseguem usufruir do seu direito. Então, é obrigação de nós, Vereadores, estarmos atentos a essas questões.

Então, eu não acho, de maneira alguma, que isso signifique que estamos contra a Cidade. Aliás, contra a Cidade estão aqueles que saqueiam as contas da Cidade em benefício próprio. Gostaria de deixar, então, esse recado, especialmente com relação à previdência, que é um debate fundamental para a Cidade, mas que ainda está muito generoso, do meu ponto de vista, frente ao que é o rombo da previdência de Porto Alegre. Obrigado, Presidente Mônica e colegas, pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente dos trabalhos, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço aos colegas de bancada que me cederam, na condição de Vice-Líder, a utilização desse espaço. Quero fazer uma manifestação, hoje, em cima de uma matéria que foi publicada pelo jornal Zero Hora, no dia de ontem, sobre o descarte regular de lixo na nossa Cidade. Esse é um problema que tem reflexo na área ambiental, é um problema que interfere na saúde pública do Município. É um problema também a falta de educação ambiental da própria população. Isso nos faz produzir uma necessária reflexão sobre essa conciliação que deve haver entre a educação ambiental do cidadão e a prestação de serviços que é Poder Público. Cada um deve fazer a sua parte, e todos devem compartilhar responsabilidades pelo cuidado e com a limpeza da Cidade. E é isso que deve ser cada vez mais estimulado nas ações, principalmente, da Prefeitura e dos órgãos responsáveis dessa área. Já que nós temos falado tanto do que tem sido divulgado, a partir da publicação que foi feita, sobre investimento, no Diário Oficial do Município, e que, também, nós estamos assistindo, especialmente à noite, em horário nobre, o investimento em publicidade da Prefeitura, por que não investir, já que se fez uma destinação de recursos

para essa finalidade, na educação ambiental, convocando a população para um grande processo de cuidado da nossa Porto Alegre. E o descuido, o descaso, o desleixo nem sempre são responsabilidades do Poder Público. E cito alguns exemplos que são verdadeiros monumentos do descaso da nossa Cidade como, por exemplo, o Estádio Olímpico, ainda sem nenhuma destinação clara por parte da empresa que o adquiriu. Hoje em ruínas, servindo de palco para o consumo de drogas, para que o mal frequentador amedronte e cause insegurança na vizinhança do entorno. Mais recentemente, mais próximo aqui, o Casarão Azul, na Riachuelo, que teve que ser interditado por força de uma sentença judicial; as várias ruínas que nós passamos pela região dos bairros São Geraldo e Navegantes, e que são, no 4º Distrito, também monumento do desleixo, nem todas elas na sua maioria do Poder Público, mas porque os proprietários particulares, por desinteresse, por desentendimento, por não encontrarem uma solução, as deixam nestas condições. Mas voltando ao tema do cuidado ambiental e social de nossa Cidade, o descarte irregular de lixo é um problema que se acentua a cada ano, mas houve também um período de redução, isso quero destacar, e a própria matéria trazida pelo Jornal Zero Hora, neste gráfico evidencia uma redução significativa e nós estamos fazendo questão de ressaltar que foi na nossa gestão à frente do DMLU, Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Assumimos o órgão em 2013, com 459 focos crônicos de lixo, áreas públicas que são proibidas de receber qualquer tipo de resíduo, mas que infelizmente algumas pessoas a escolheram para isso. Mas conseguimos envolvendo muitas comunidades, envolvendo a população, reduzir até o final de 2016, em 50% esses focos para 205. De lá para cá, já aumentamos 102 focos de lixo, já estamos em 307, e a tendência é que se eleve, infelizmente, ainda mais esse número. Mas não faltam opções para a população: onde tem contêiner, em 2015 ampliamos a coleta seletiva para mais um dia em relação ao restante da Cidade, são três dias, então não tem desculpa para descartar incorretamente o resíduo reciclável dentro do contêiner que deve receber o orgânico. Os ecopontos que recebem todos os resíduos especiais, as unidades de Destino Certo eram quatro, aumentamos mais cinco, hoje são nove distribuídas regionalmente pro toda a Cidade. Lá se descartam calça, poda, resíduo eletrônico, óleo de fritura, é um espaço onde o cidadão descarta sem custo, sem gastar nada. Nós temos diversos pontos de entrega de recicláveis também, sem gerar nenhum ônus ao cidadão. As 18 unidades de triagem, por exemplo, que mantêm convênio com a Prefeitura, são desses pontos. Serviços e opções não faltam, mas o cidadão e o Poder Público devem caminhar juntos para cuidar da limpeza da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria, antes de tudo, fazer dois repúdios aqui, eu,

particularmente, não sou muito adepto do futebol, mas entendo que, como uma coisa histórica e tradicional no nosso País, é um período de festividade. E muita gente entende que o futebol é importante, mas o primeiro repúdio é em relação à morte dos animais na cidade de Moscou, na Rússia, o que é muito praticado aqui no interior do Estado por muitos prefeitos, de forma clandestina, lamentavelmente, escondida. É a forma de limpar a cidade, matando os animais, que é o caminho mais fácil: matar cães de rua sempre, para não mostrar que os animais existem. Eu costumo dizer que quem vai para cidades do interior e vê “olha que bonito, é uma cidade que não tem animais de rua”. Normalmente, nessas cidades ainda funciona a famosa carrocinha para autanasiar, porque é muito mais barato matar do que atender, para qualquer município. E o segundo repúdio, Sofia, tu que és uma lutadora, a Fernanda, a Karen Santos, que está assumindo como Vereadora hoje, foi aquela manifestação daqueles torcedores brasileiros lá em Moscou, que pronunciaram um cântico - chegaste a ver, Janta? Não vou falar o que eles falaram no vídeo, mas foi lamentável, pegaram uma russa, e começaram em torno da Rússia, e ali tinha um advogado, tinha um que inclusive, está devendo pensão na Maria da Penha, e comemorando lá na Copa do Mundo, e começaram, naturalmente, a induzir, Bosco, tu que é do futebol, essa russa a entender que estariam fazendo um cântico brasileiro. E, na verdade, estavam ali a expondo a uma situação ridícula – que acabou caindo na Internet. Em uma demonstração de machismo absoluto e de desmoralização do nosso País, lá fora. O que eu acho lamentável. Mas queria aqui subir, mais uma vez, e reiteradamente, para falar, Janta, da situação que a gente passa. Hoje, só hoje, eu tinha mandando um vídeo, a Comandante Nádia, inclusive, mandou os parabéns, não está aqui presente, o Moisés que acompanha o meu trabalho também, só hoje, eu atendi 30 animais. E o que comprova eu atender 30 animais, Ver.^a Lourdes, tu que és da causa animal? Lamentavelmente, é a prova de que o bem-estar de Canoas não está funcionando; lamentavelmente é a prova de que a Prefeitura de Viamão, através da Secretaria dos Animais, não funciona; de que Alvorada está abaixo da linha da miséria, não existe nada para os animais em Alvorada; e de que, em Porto Alegre, o departamento dos animais está absolutamente debilitado, as pessoas não têm atendimento. Imaginem só que todos esses municípios atendem menos animais do que eu atendi numa manhã, e eu poderia falar aqui também de Gravataí, onde tenho sido muito chamado. Eu até tenho dado a receita para as pessoas, e lamentavelmente tenho que dizer aqui qual é a receita para a população dos municípios, sabem como se faz? Pedem atendimento para o Município, aí o Município nega – Viamão, Alvorada, Guaíba, Porto Alegre, Canoas, Gravataí –, e as pessoas dizem: “Falei com o Ver. Maroni”, aí eles atendem! Eu virei uma receita boa, Janta, para os animais serem atendidos, para eu não desmoralizar os municípios, vejam só! As pessoas me ligam, aí são atendidas; senão ficam como eu fiquei hoje, com 30 animais! Eu poderia falar de Cidreira, de Farroupilha, de Tramandaí, de Pelotas, de Caxias do Sul, de Rio Grande, da fronteira, que é uma miséria absoluta, da parte norte, de Torres, que é lamentável. Ou seja, o trabalho do Maroni funciona porque as prefeituras não têm nada pelos animais. Esses municípios são só fachada em reuniões em véspera de eleição com os prefeitos – uma vergonha! –, o que faz, todas as manhãs, eu acumular 20, 30 animais para atender,

processos cirúrgicos de atropelamentos, de câncer, de tumor, e que esses municípios não atendem; e todas as tardes mais uma quantidade expressiva de animais. É lamentável, é cruel, e é por isso que eu luto pelos animais, Ver. André e Ver. Mendes. Eu convido qualquer colega meu a visitar esses municípios, ligar para os prefeitos ou pedir para alguém da população ligar, assim como eu peço para ligar para uma deputada que gosta de me criticar! Uma hora eu vou ter coragem, Rafão, e vou botar o telefone dela aqui, e quero ver se ela vai atender ao telefone, porque as pessoas me ligam como se fosse um favor eu atender ao telefone, porque eu atendo e dou prosseguimento do caso dos animais. A maior parte dos políticos sequer atender à população pelo próprio telefone e se colocar à disposição daqueles que o elegeram fazem. É lamentável, é uma vergonha.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas que nos acompanham, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna após ouvir algumas coisas dirigidas não só a mim, mas aos Vereadores que, honrosamente, integram o bloco de independentes, o bloco que nós temos da base. Falou-se aqui em contradição e em mentira. Eu vou repetir aqui uma frase, Ver. Cláudio Janta, que, lá no início do mandato, nós, juntos aqui, concordamos: ser da oposição é uma barbada! É só pegar o que está errado – só! – e bater. É só isso! Então vamos ser francos aqui: a barbada é ser da oposição. Eu acho que vários Vereadores sonham em chegar a esta Câmara para ser apenas da oposição. Eu lamento, porque a população precisa de crítica construtiva, de oposição propositiva. Ora, falar de contradição? O PSOL falar de contradição? Hoje, se noticia que, no programa do PSOL, o Boulos, candidato a Presidente, vai defender, inclusive, o aumento do IPTU. Está aqui no portal Terra: “programa do PSOL vai defender alta de imposto para deter déficit”. Está no *site*. Vem, faz um discurso, mete o pau, fala do prédio, que vai ser não sei quantos milhões de reais, não fala que vai ser R\$ 21 mil, distorce as palavras aqui. Eu não falei que o aluguel do prédio vai resolver o problema do atendimento público, eu disse que o cidadão porto-alegrense – e temos aqui o Ver. Ricardo Gomes, que foi Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, que pode deixar claro –, enquanto empreendedor, precisa ir a muitas repartições, endereços diferentes. Tem que ir à SMAM, na Av. Carlos Gomes; tem que ir à SMIC; tem que ir a vários lugares, e isso não é deste Governo, é antigo. A unificação desses departamentos é para que o cidadão não tenha que ficar indo a 20 repartições de endereços diferentes. Eu não estou falando que vai solucionar como num passe de mágica. Eu nunca disse isso aqui, assim como ninguém deste Governo, desde o primeiro dia aqui. O Prefeito Marchezan foi muito claro ao dizer que vai ser difícil e vai demorar.

Eu vou falar da oposição. Eu quero deixar claro: a oposição não tem a verdade absoluta! Se a oposição acha que todos os Vereadores aqui da base ou dos partidos independentes não recebem os servidores públicos, nós recebemos, eu recebo vários servidores públicos. E por que a base, recebendo os servidores públicos municipais, continua ouvindo que estão mentindo para alguns servidores? Por que a oposição não diz, para alguns servidores municipais, que vários Vereadores estão aqui debruçados em cima de emendas e subemendas para manter a RETDE e a RETDI? Por que a oposição não faz isso? Por que o Simpa não faz isso? Porque o Simpa vive de mobilizar as galerias, de fazer a sua pressão, temos vários diretores do Simpa que são suplentes de partidos da oposição, são filiados a partidos políticos. Vamos parar aqui de fingir que a gente não sabe disso. Então, faço um apelo pela Cidade, não é pelo partido que está governando, um apelo: existem vários Vereadores trabalhando aqui para deixar explícito e escrito, de uma forma incontestável – falei isso, inclusive, ao Ver. Thiago –, para a manutenção da RETDE e da RETDI, e a gente poder, nós todos, poder discutir aqui para que, no futuro, a gente não tenha um desequilíbrio tão grande nesta Cidade para os futuros prefeitos, que inclusive serão dos partidos dos senhores e das senhoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h25min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Presidente Mônica, eu queria rapidamente, sei que já entramos na Ordem do Dia, mas, antes de começar a discussão das emendas, muito motivada pela fala do Presidente com relação ao tema dos Estados Unidos, que chocou todos nós hoje, as crianças enjauladas, a bancada do PSOL – a Ver.^a Karen, o Ver. Alex – propõe uma Moção de Repúdio a esta política denominada tolerância zero, que, na verdade, é xenófoba, viola os direitos humanos e causa sofrimento e dor a crianças de todas as nacionalidades, inclusive, oito brasileiras. Nós queremos convidar os outros Vereadores a assinarem conosco essa moção. Agradeço a deferência do tempo, que não é regimental, porque silenciar diante da injustiça em qualquer parte do mundo é colaborar com essa injustiça. A Câmara de Vereadores se posicionar é muito importante, e nós queremos que seja uma moção coletiva, de todos os Vereadores.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradeço, Ver.^a Fernanda Melchionna, e gostaria de fazer um registro. Eu tinha feito uma anotação exatamente neste sentido, iria solicitar que a Câmara fizesse uma Moção de Repúdio, independente de partido ou correntes ideológicas, em virtude do que está sendo noticiado em relação às crianças, e que essa moção seja destinada ao Cônsul dos Estados Unidos, em Porto

Alegre, a fim de averiguar se é verídico, averiguar o que está acontecendo com os imigrantes da fronteira, e deixarmos muito claro que a Casa do Povo da Capital do Rio Grande do Sul repudia e não concorda com isso.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica, gostaria de sugerir que agendássemos a ida de uma comissão de Vereadores ao Consulado, se fosse possível, já que agora tem representação aqui em Porto Alegre, para fazer uma fala pública, uma presença pública, tão dramática que é essa situação. Vimos crianças em jaulas, e, inclusive, a representante da Comissão de Direitos Humanos da ONU se retirou, criticando; então não tem mais organismo internacional.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): “Crianças engaioladas provocam indignação” – tenho esta matéria justamente para tomarmos providências. Acredito que não só a Moção de Repúdio, mas uma comitiva, penso que chegam em boa hora.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Será que a assessoria da Presidência poderia agendar?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Sim. Vamos conversar com o Presidente Valter e agendaremos essa visita ao Consulado.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0720/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/18, que altera a al. *k* do § 1º do art. 20, o inc. XXVII do art. 21 e o subitem 13.05 da Lista de Serviços; inclui o art. 21-A, o parágrafo único no art. 25, a alínea *d* ao § 1º do art. 59 e revoga o inc. VI do art. 18-B e as als. *b*, *c* e *d* do § 1º do art. 20; todos da Lei Complementar nº 07, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município; revoga a Lei Complementar nº 283, de 1992; revogando os benefícios fiscais do ISSQN que estão em desacordo com o art. 8º-A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003; retirando a exigência da certificação para a concessão de benefício fiscal; possibilitando a baixa de ofício, no cadastro fiscal do ISS, da inscrição de contribuinte que deixou de entregar a Declaração Mensal e não realizou qualquer recolhimento do imposto no período de 3 anos ininterruptos; possibilitando a notificação por meio eletrônico; incluindo e esclarecendo serviços sujeitos à tributação pelo ISSQN, previstos no subitem 13.05 da Lista de Serviços.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18 por força do art. 95 da LOM;
- Emenda nº 01 aprovada em 18-06-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Boa tarde, senhoras e senhores. Esta emenda nº 02, da qual eu e o Ver. Felipe Camozzato somos autores, e até busquei retirá-la, mas não havia mais tempo regimental para fazê-lo. Quero fazer um esclarecimento aos colegas, até porque acredito no conceito da emenda, e busquei informações junto à Associação dos Auditores Fiscais, da Fazenda. Houve aqui uma intenção que, infelizmente, produziria um subproduto maléfico, inclusive, para o ambiente empreendedor em Porto Alegre. A emenda estabelece que qualquer aumento de arrecadação, advindo do projeto de ISS que estamos tratando, não fosse utilizado para computar as gratificações pagas aos servidores. Qual é o problema? O problema é que o ISS é um tributo de declaração, o contribuinte declara ao fisco, e isso obrigaria o contribuinte a dizer, Ver. Bosco, na guia do ISS, quanto daquele ISS que ele está devendo, que ele está pagando, decorreria do aumento dessa lei para que então pudesse ser excluído. Com isso, nós geraríamos uma etapa burocrática a mais e uma dificuldade maior ainda no cálculo do ISS para os contribuintes. Nesse sentido, eu estou encaminhando pela rejeição da emenda.

Esclareci, também, que eu sou favorável ao conceito da emenda, nós já propusemos, porque achamos que um eventual aumento de arrecadação, que advenha de uma lei votada no Parlamento, não pode ser computada como meta atingida pelos servidores, porque não decorre do esforço e da implementação de esforços e de métodos de organização, de sistemas dos servidores, mas, sim, de uma mudança no marco legal. Mas, nesse caso concreto, nós atendemos a associação dos auditores, também uma solicitação da Prefeitura nesse sentido, que demonstrou, e nós, nesse sentido, acolhemos que a emenda, embora bem intencionada, acabaria por atravancar ainda mais o recolhimento dos impostos por parte dos contribuintes porto-alegrenses. Nesse sentido, eu peço a atenção dos colegas, porque, como autor que sou, estou encaminhando pela rejeição da emenda e peço a consideração e a compreensão dos colegas, porque após a apresentação da emenda nós entendemos que ela geraria um ônus para o contribuinte. O conceito da emenda, torno a dizer, acho bom, concordo, tanto que propusemos, mas nesse caso específico do ISS, nós estaremos produzindo uma etapa burocrática a mais, quando que nós queremos é menos burocracia. Assim, eu peço o atendimento dos colegas para que nós rejeitemos a emenda e possamos trabalhar em alternativa mais tarde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Na condição de coautor dessa emenda, eu também gostaria de fazer um encaminhamento, e me somo ao Ver. Ricardo Gomes nos seus argumentos. Especialmente gostaria de dirigir também essa fala à diretoria da Aiamu, que esteve presente no gabinete e teve paciência em explicar para a minha assessoria e para minha equipe. Então gostaria de agradecer a atenção da Aiamu com o caso e o alerta sobre a emenda. Importante destacar, talvez tivesse havido uma má compreensão sobre alguma intenção de ataque pessoal ou algum tipo de ataque corporativo, de forma alguma; o NOVO se pauta muito pelo debate de ideias e argumentos. Em nenhum outro projeto, em nenhuma outra situação nós fizemos qualquer tipo de ataque pessoal ou ataque dirigido à qualquer instituição que não seja amparado fundamentalmente em ideias e argumentos. E estou aqui para isso; inclusive, foi isso o que eu falei durante toda a campanha, é isso o que o NOVO defende, e justamente por isso faço questão de subir aqui e encaminhar pela reprovação dessa emenda, como coautor, por achar que, de fato, existe mérito na argumentação, por isso agradeço a atenção da Aiamu.

No caso da aprovação dessa emenda, nós teremos uma eventual criação de mais burocracia, de custo, de tempo, de paciência, enfim, pessoas terão que se adequar a uma coisa que, na verdade, foi feita... E aí, faço questão de falar: quando o Ricardo me apresentou essa emenda, falei que fazia sentido para mim e assinaria em conjunto, porque a minha preocupação, em primeiro lugar, foi se o pagador de impostos que, muitas vezes, não participa do debate do dia a dia, na Câmara, não conhece como funciona o próprio sistema de arrecadação da Prefeitura, como funciona a Prefeitura, mas que paga seu boleto de IPTU, que paga sua carga tributária alta, que recentemente viu a greve dos caminhoneiros em todo o Brasil, se ele compreenderia um eventual aumento de arrecadação por meio de adequação da lei federal do ISS, se soubesse, eventualmente, que isso serviu, de alguma forma, para algum ganho pessoal ou alguma coisa assim. Foi muito mais uma preocupação de saber se o pagador de impostos vai nos questionar, se estamos sendo coniventes com o aumento de arrecadação. Então, é nesse intuito que a gente assinou em conjunto, e, ao saber, se apropriar mais do tema, da burocracia que seria criada, do desentendimento que, inclusive, tinha - é preciso reconhecer isso - sobre a forma de arrecadação, a gente resolveu reverter essa decisão e fazer um encaminhamento pela reprovação da Emenda nº 02. Então, fica bem claro aqui esta posição do NOVO sobre o assunto e, mais uma vez, gostaria que o projeto sobre o ISS, como um todo, não fosse tratado como projeto de aumento de arrecadação, mas, sim, como um projeto de adequação à lei federal, uma vez que aumento de arrecadação... Especialmente neste momento sensível de alta carga tributária em que vivemos, de baixíssimos serviços públicos em contrapartida, que o próprio cidadão de Porto Alegre tem nos demandado, tem cobrado desta Câmara - não é à toa que o debate sobre o IPTU é tão acalorado - que fique dessa forma, então, como adequação à lei federal; para isso, tem a nossa preocupação e a nossa atenção. Desde já agradeço a

todos os colegas Vereadores, à equipe da Aiamu mais uma vez, à minha assessoria que me atentou para isso, em horário de almoço, enquanto estava em outra agenda. Encaminho então, pedindo que todos os Vereadores sigam essa recomendação de voto, dos dois autores da emenda, pela reprovação da Emenda nº 02 a este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE 004/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, atendendo ao pedido do querido Ver. Cassiá, vou ser rápido. Não poderia deixar de estar aqui, e, depois de ouvir o que falou os Vereadores Camozzato e Ricardo, acredito que se faria desnecessário estar presente, até porque já foi pedido que se vote contrariamente à emenda. O projeto que estamos votando tem um cunho de acertar a lei municipal com as questões da lei federal, que determina um limite mínimo de ISS para o País inteiro. Este projeto traz um mínimo processo de aumento de tributação, até em razão da Emenda nº 01 que nós aprovamos. Portanto, qualquer gratificação que se levaria disso estaria em patamares muito pequenos, quase nulos, talvez até negativo. E o tamanho da burocracia que se envolveria neste processo, em razão de ter de separar o pagamento de imposto referente à regra geral daquele pagamento decorrente desta lei para que se possa excluir isso da nossa gratificação, isso levaria a um acúmulo de burocracia dentro da empresa quase que insustentável. Portanto a nossa proposta é que se vote contrariamente à emenda, e ela já foi aqui sinalizada pelos próprios autores. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Cassiá não querem discutir algo a que o próprio autor está recuando, mas não adianta ter pressa, Ver. Cassiá, se o Governo agora entrou com outro projeto de lei aqui na Câmara com art. 95 – mais um, Ver. Janta. Então tem mais um que vai trancar a pauta daqui a 45 dias, qualquer outra pauta. E voltou o veto dos aplicativos. Seis ou sete emendas que nós construímos aqui junto com os motoristas foram vetadas, que também trancam a pauta logo ali na frente. A lógica do Prefeito é impedir que a

Câmara funcione e impor o que ele quer nesta Cidade. Nós também votaríamos, antes mesmo de o autor se manifestar contrariamente a esta emenda, porque, no nosso entendimento, ela fere uma construção, uma conquista da Fazenda e uma gratificação que tem uma determinada dinâmica e lógica, não sei como iriam separar um valor de outro, como se faria uma aferição disso. E que bom que todos vão recuar, mas eu preciso, no encaminhamento da bancada do PT, responder às críticas que o Moisés faz sobre funcionalismo, à oposição. O Vereador Líder do Governo veio a esta tribuna e disse que a oposição não fala para os municipais e que existe um esforço por parte do Governo para resolver o tema dos regimes. Isso não é nossa obrigação de falar, eu gostaria muito que o Governo, Ver. Aírto, chamasse uma reunião com o Simpa, Simers, Aiamu, com todas as entidades. E quero me referir às lideranças comunitárias que aqui estão, do Humaitá - cumprimentando a Lore, cumprimento todas -, estão aqui porque o Prefeito está indo em cada região onde existem as lideranças do OP, que não aconteceram no ano passado, não conseguem ter nenhuma incidência sobre o que é gasto do dinheiro, e o Prefeito está lá para defender – está bem, está legítimo – os seus projetos. Só que ele não pode deixar as comunidades tão confusas. Aí, Ver. Valter, sobre o tema dos funcionários, que é esta emenda, porque esse aqui era um freio para uma das gratificações dos funcionários, colocá-los como o bode expiatório, como os grandes responsáveis pela hecatombe, eu tenho a dizer ao Ver. Moisés e às lideranças que o Prefeito não senta com os funcionários. Então, o esforço que o Líder diz que está fazendo aqui, que nos cobra que a oposição diga para os funcionários, eu gostaria que o Prefeito, democraticamente, sentasse e discutisse com todas as entidades. Porque os médicos tiraram indicativo de greve agora, Dr. Thiago, só não estão ainda porque os projetos do funcionalismo ficarão para um segundo momento. Então, vai ter greve de médicos, que já estão faltando lá na comunidade, por falta de diálogo e porque os municipais se tornaram o bode expiatório, os grandes culpados da hecatombe da Prefeitura. E eu afirmo: o gasto com pessoal era o mesmo durante as quatro administrações populares, nunca baixou de 30, 40% da receita. Eu me lembro quando discutíamos com o Olívio, com o Tarso, com o Raul, era ali, sempre bordejando o mesmo percentual, Ver.^a Fernanda, que é hoje. Só que hoje é um orçamento muito maior, a Câmara consegue devolver dinheiro, Ver. Valter, cada vez mais dinheiro, porque tem um percentual desse orçamento que é muito maior, que é quase R\$ 7 bilhões, e o Prefeito não consegue, com quase R\$ 4 bilhões fazer uma obra, tapar um buraco, fazer funcionar um serviço direito na cidade de Porto Alegre. Então, é enganar, atingir o funcionalismo, e isso significa prejudicar a política pública. Não adianta vir resolver só ali do regime, e mal resolvido, as emendas estão mal. Construam com o funcionalismo. Vamos derrotar esta emenda assim como todas as iniciativas que destroem as carreiras e que são autoritárias, que não são dialogadas com o corpo funcional, que foi sempre quem garantiu um bom trabalho na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Presidente, eu fiz questão de falar porque acho que, quando a gente trata de ISS, quando trata de matérias que dizem respeito à tributação do Município de Porto Alegre, evidentemente as emendas podem, sim, desfigurar o projeto, por um lado, e, por outro, ter um viés. Por exemplo, este projeto do ISS é para equiparar a legislação municipal à legislação federal, para evitar guerra fiscal entre os municípios com uma alíquota mínima de 2% para cada um dos serviços, a maior parte, com raras exceções, como é o caso das empresas de transporte coletivo, como é o caso de alguns serviços envolvendo obras no Município de Porto Alegre.

O próprio autor está pedindo a rejeição desta emenda, nós vamos acompanhar evidentemente o autor, porque ninguém aqui é mais realista que o rei, mas esta emenda diz respeito ao conjunto dos servidores públicos, no caso específico da Fazenda. Eu acho que precisamos, sim, fazer um debate sobre como enfrentar a crise no Município de Porto Alegre. Diferente do que diz o Ver. Moisés, não é fácil ser oposição. É difícil para caramba ser oposição no Município de Porto Alegre! É difícil porque a gente vê o sofrimento do povo e não vê a resposta do governo, é difícil porque às vezes a gente quer levar a demanda de alguma associação, e as secretarias empurram para outras secretarias, e ninguém sabe qual é o setor que precisa ser responsabilizado por determinadas áreas. É difícil porque a gente vê os pacotes tramitando e o regime de urgência, de maneira açodada, invertendo a priorização da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; porque a gente vê o sofrimento dos servidores com o parcelamento do salário, com projetos que desmontam a carreira ou com emendas como esta. Os servidores da Aiamu têm o nosso maior respeito. Porto Alegre está conseguindo uma boa arrecadação no que diz respeito à tributação municipal, agora, quando a gente trata dos grandes devedores... Eu estou pedindo há tempo a lista dos grandes devedores do Município para o Governo. A gente sabe que os campeões são os bancos. O que o Município vai fazer para reaver esses recursos? Digo mais: outro grande devedor são as empresas de telefonia que botaram, à revelia, antenas onde não podia, que descumpriram a legislação ambiental, que têm essas dívidas judicializadas. O que faz o Governo? Batalha com toda a garra e força-tarefa da Procuradoria para reaver esses R\$ 90 milhões ou manda um projeto de lei para a Câmara mexendo na lei das ERBs, facilitando para as empresas de telefonia? Pois manda o projeto que facilita para as empresas de telefonia. Então, nós, claro, não é objeto desta lei, mas nós já votamos, nesta Câmara, por exemplo, a questão da redução dos impostos para os ônibus. Na exposição de motivos dizia que não haveria aumento de transporte no próximo exercício em função da redução de impostos. Porto Alegre deixa de arrecadar R\$ 20 milhões que as empresas de ônibus não pagam. Aliás, quando é que vai baixar o valor dos ônibus, já que reduziu o valor do diesel? Quando vai baixar? Pois bem, o Governo aumentou a tarifa igual, mesmo com a isenção tributária. Nós achamos correto ter políticas que

isentem para reduzir a tarifa de ônibus para o povo, mas não para aumentar a tarifa e o lucro dos empresários! Então são temas estruturantes de qual é a solução para a crise. Nós queremos, sim, taxar os ricos, isso não é nenhuma novidade, nós queremos taxar o dono do Bradesco, do Itaú, que são os que menos pagam impostos proporcionalmente. Nós queremos auditar a dívida, nós queremos taxar juros e dividendos. O Brasil não taxa juros e dividendos. Tem vários Vereadores que adoram falar da política econômica dos Estados Unidos, como se fosse um grande exemplo para o mundo. Não é meu exemplo! Quase 40% das heranças são taxadas. No Brasil, 4% das grandes heranças, das grandes fortunas. É uma lógica perversa de que a oitava economia do mundo é um dos piores no *ranking* de desigualdade, de acesso à educação, de saneamento... Isso é fruto da desigualdade. Projetos tributários estão dentro dessa lógica. Eu só queria dizer que nós não achamos muito bom ser oposição, nós queremos, sim, inverter as regras do jogo, ampliar a mobilização e construir...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Claro, mas ganhar o Governo com a perspectiva de que a Prefeitura seja uma trincheira para enfrentar as políticas do Temer, do Sartori, para defender os interesses do povo da Capital e não para se ensimesmar no Estado como se este fosse a solução dos problemas e não a organização do povo. Quero deixar este registro. Agradeço o tempo. Obviamente que nós vamos votar contra a Emenda nº 02, como foi encaminhado por todos, mas nós não vamos perder a oportunidade de fazer um debate estratégico aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é muito importante, neste momento, quando se faz um debate sobre a questão da tributação na cidade de Porto Alegre. Os tributos, diferentemente do que pensam alguns liberais, são necessários para manter um Estado com um mínimo de bem-estar social, mas também um Estado que dê acesso e dignidade às pessoas. E nós estamos vendo, como disse a nossa colega há pouco, que há um processo de degradação, há uma piora sistemática das políticas sociais, no atendimento ao povo. Por isso temos que discutir muito a questão da tributação. Eu tenho falado muito com o pessoal da Secretara da Fazenda, inclusive tenho dialogado com vários servidores, e dias atrás tive a grata satisfação, Ferronato, de poder levar o Christian e equipe lá na faculdade, na FADERGS, para discutir o novo marco regulatório dos salões de beleza. Agora, felizmente, vai haver uma solução para aquela situação indelicada em que

peças trabalhavam, mas nunca tinham uma relação de emprego. Era uma relação tumultuada de trabalho em que as pessoas não tinham previdência. Hoje, não. Com as MEIs, que são simples de serem montadas, e a Prefeitura está abrindo uma possibilidade inclusive de instrução, nós vamos ter dezenas de pessoas que trabalham em salões de beleza pagando R\$ 5,00 de ISS, que é a parte que cabe à Prefeitura, dos R\$ 50,00 que pagam, mas vão ter acesso à previdência. É uma das poucas coisas positivas que nós tivemos no último período. É por isso que o Estado tem que se organizar. Por isso que há dias eu fazia ironia aqui com o Camozzato e com o Ricardo citando uma das famosas frases do positivismo francês, de Comte, exatamente sobre a questão da organização da ordem do Estado. Um Estado bagunçado não serve para nós, democratas. Um Estado organizado, no sentido do respeito à cidadania, aos trâmites legais, é fundamental. Isso pode parecer uma contradição, mas esse é o verdadeiro debate de fundo, podemos fazer um debate teórico, de princípios, falando dessas questões. Por isso que nós vamos acompanhar o “não”, pedindo que não se aprove a Emenda nº 02. Estava conversando isso com a bancada do PT e também com a Fernanda Melchionna. Portanto, nós vamos votar contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 30 votos **NÃO**.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLE nº 002/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLE nº 002/18.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLE nº 005/18.

Apregoo a Emenda nº 16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, ao PLCE nº 005/18.

Em votação o PLCE nº 004/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Sr. Presidente, quero colocar os caros colegas a par do que pretendemos com a Emenda nº 03. Sabemos que a adequação da lei federal vai implicar no aumento de arrecadação de ISS, e uma vez que ela repercutirá em maior arrecadação, nós começamos a avaliar quais os segmentos, quais os setores que teriam esse aumento de arrecadação, de modo a tentar ver o que poderia ser - não diminuir empreendimentos, não encarecer serviços na cidade - não aumentar até, eventualmente, a burocracia tributária. Dentre essa avaliação, encontramos ali, vou começar pelo art. 02 da Emenda, que são empreendimentos aonde a maioria simples, inclusive, como salões de beleza, lotéricas, mas, então até pelo entendimento tributário, que existe hoje, ela não dá muita

relevância. O que realmente interessa desta emenda é com relação à outra parte dela que diz respeito a planos de saúde. Aí sobre planos de saúde, o entendimento foi o seguinte: existe uma liminar concedida por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, no STF, onde há um entendimento de que a lei federal, conforme ela foi adequando a essa nova tributação de ISS, ultrapassou, talvez tenha ultrapassado aí a sua capacidade, seu mérito arrecadatário. E, no caso do plano de saúde, para dar um exemplo bem concreto, como funcionaria para um morador de Porto Alegre? Um sujeito que mora em Porto Alegre hoje, qualquer cidadão de Porto Alegre, que tem um plano de saúde contratado, independente do seu plano de saúde, suponhamos que ele faça uma consulta em Novo Hamburgo, eventualmente, ele está em Viamão e faz algum exame laboratorial, se interna em alguma outra cidade, que não Porto Alegre, esses custos não poderão ser deduzidos pelos planos de saúde, no momento de fazer a sua arrecadação de ISS, pela nova legislação. O que isso implica? O plano, uma vez que vai lá, o cidadão paga R\$ 400, R\$ 500, R\$ 800 pelo plano, o valor que for, hoje. A empresa de plano de saúde pega esses R\$ 200, desconta o valor do laboratório, o valor da internação, o valor da consulta médica e do saldo restante, aplica o ISS e paga o tributo. Na nova lei, se esses serviços não forem feitos em Porto Alegre, o que vai acontecer é que ela não vai poder deduzir isso, ela vai ter que arrecadar, ou seja, vai aumentar a base de cálculo e o tributo vai ser maior. Logicamente, por o tributo ser maior e aumentar a base de cálculo, os planos de saúde tenderão a encarecer. E tenderá a aumentar mais uma arrecadação. Então, nesse intuito nós colocamos a Emenda nº 03, para que o sujeito que eventualmente pague seu plano de saúde em Porto Alegre – a gente sabe que a maioria dos planos de saúde tem cobertura estadual, muitas vezes nacional – e tenha um atendimento em outro Município, depois possa ter a dedução disso antes de pagar o tributo, e não se tenha a base de cálculo inteira de serviços não deduzidos, e aí o valor total será muito maior. Essa é uma forma de conseguir garantir que tenha menos burocracia tributária por parte das empresas, menor encarecimento dos planos de saúde, porque isso, obviamente, é repassado ao consumidor, usuário dos planos, e também garante que nós não tenhamos um aumento ainda maior de arrecadação por conta da adequação da lei federal do ISS. Aí existe um debate que eu estava antes em conversa com a minha assessoria e a Fazenda sobre a questão de isso estar amparado em liminar de ação de inconstitucionalidade no STF. Independente da liminar ser derrubada ou mantida, a grande questão é: uma vez que Porto Alegre aprove que isso se mantenha dessa forma, nós estamos dando uma sinalização e vamos manter aqui uma arrecadação menor, uma simplificação tributária e também ofertar planos de saúde mais baratos, ou possibilitar que sejam mais baratos, porque, se forem mais caros, não será por culpa do ISS da adequação da lei federal. É isso que a nossa emenda pretende e, portanto, eu encaminho a favor da aprovação da Emenda nº 03.

Agradeço pela atenção e ficamos tanto eu quanto a minha equipe à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigado, Presidente; obrigado, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Vereadoras e Vereadores, Presidente Valter Nagelstein, encaminho em nome do meu partido especialmente para explicar a Emenda nº 04, que foi encaminhada pelo Professor Wambert, que não se encontra e pediu que eu falasse em nome dele. Como eu também fui um dos articuladores desta emenda, eu queria explicar que ficou acordada a diminuição da carga tributária dos hotéis, e essa diminuição da carga tributária seria feita através do IPTU com a redução de 25% ao ano por quatro anos, e não pela lei do ISSQN, objeto da Emenda nº 04. Então eu quero sugerir o voto contrário à Emenda nº 04, porque ficou acordado que essa diminuição da carga tributária seria feita através do IPTU, e não do ISSQN. O objetivo desse projeto é a adequação à legislação federal, e não o aumento ou a diminuição de receita ou de despesa.

Quanto ao projeto, eu sugiro e encaminho pela aprovação. Gostaria de sintetizar: voto contrário à Emenda nº 04 e pela aprovação do projeto do ISSQN. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Na verdade, já é o encaminhamento do projeto, não é? Então eu estou encaminhando aqui pelo PT. Nossa bancada, se não houver deformação com outras emendas, na teoria, é a favor do projeto, Ver. Mauro Zacher – eu espero que não tenha problema, gostaria que V. Exa. dialogasse com nossa bancada –, porque estabelece, na regra geral, um mínimo de cobrança do ISS. Então votaremos a favor do projeto. Nesse caso, uma situação bem excepcional, eu ponderei aqui com o Ver. Camozzato e sua assessoria, se não se prestaria a algumas fraudes de notas vindas de outras cidades, mais difícil de apurar, e aí debates sobre o ISS que será cobrado. Tenho dúvidas sobre isso, Ver. Nedel, acabei não ouvindo a sua opinião, porque infelizmente, em planos de saúde, situações bem sérias estão acontecendo, não só plano de saúde, na área da saúde, que aconteceu absurdamente na Carris, pessoas mortas, indenizações. Então, nós não podemos abrir trincheiras, não vir a pagar imposto, e a apresentação de notas de outras cidades que os planos de saúde não controlam ou interessa aos próprios planos de saúde. Se eu entendi o espírito da emenda.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel .)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não estou falando disso. É o caso de ter usado o plano de saúde fora da cidade, Nedel.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Nedel, estou falando da emenda, se V. Exa. não entendeu, nesse caso de usar o plano de saúde fora da cidade, o plano de saúde não pagaria a emenda do Camozzato e a três. Eu tenho dúvida se não se presta a falcatruas. Ver. Nedel, gostaria de ouvir a sua opinião, que é um Vereador técnico nessa área. Mas chamo a atenção sobre um plano de saúde fundamental, que é um plano dos municipais que foi contratado com a Verte, um plano de saúde que está sendo muito bem aceito pelos municipais e municipais, plano de saúde contratado no Governo Fortunati/Melo, que custou horrores para acontecer, a tentativa, decisão da categoria, foi o IPE, não deu certo, finalmente convênio com a Verte, desconto dos funcionários municipais, parte da Prefeitura repassa para a Verte, e os municipais são atendidos. Tem muitas situações graves, problemas de audição, problemas de doenças crônicas, há uma excelência de atendimento nesse convênio. O que ocorre? Os indicadores que estão aí, dos municipais e da própria Verte, é que a Prefeitura não repassa os recursos desse convênio para a empresa Verte há quatro meses, que o prejuízo é quase R\$ 40 milhões. Portanto, está em risco o plano de saúde de uma quantidade enorme de municipais. Alexandre, tu és um deles! Não está aprovado esse plano, o pessoal não gostou muito do plano? Como é que a Prefeitura pode continuar debitando dos contracheques e não estar repassando? É a saúde dos municipais, são situações graves, as pessoas estão cancelando o tratamento, não estão conseguindo agendamento de consultas, de exames por esse descompromisso. Aliás, por essa fraude, por essa captura de recurso, que é do funcionário, não honrando o contrato com uma empresa licitada. Karen, não sei se tu conhecesse essa problemática dos municipais, estás acompanhando? O tema da Verte, da assistência médica, que é o tema que nós estamos falando aqui. É assustador o Município não estar passando recurso, uma empresa séria. Olha que é difícil ouvir alguém elogiando plano de saúde, e todos os funcionários elogiam esse plano de saúde. Gostaria de uma explicação da base do Governo, do Governo, porque dá uma insegurança brutal no funcionalismo: descontinuidade de atendimento, tratamento, Ver. Dr. Goulart, nossos Vereadores-médicos. Então, eu chamo atenção.

Sobre esse tema aqui, ainda estou com muita dúvida se não favorece algum tipo de fraude ao ISS. Gostaria de mais explicações, senão não vamos votar esta emenda.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; na verdade, como a Emenda nº 04 não está destacada, eu vim justificar o meu voto. Eu cumprimento o Ver. Adeli e o Ver. Walbert, que assinaram esta emenda, diminuindo a alíquota de hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *aparts* e serviços condominiais, flats, *apart* hotéis, hotéis residenciais, enfim, porque sabemos a grande dificuldade que vive hoje essa parte hoteleira em Porto Alegre, e temos que estar sempre trabalhando para diminuir os impostos. Mas venho justificar o meu voto contrário a essa emenda por coerência aos meus votos nos relatórios da Comissão de Constituição e Justiça. Temos que ter um pré-requisito, que é o estudo do impacto financeiro quando se trata de diminuir a alíquota. Então, como não houve esse estudo e por mais que eu ache necessário que sempre diminuamos impostos em Porto Alegre, votarei contrariamente à emenda. Mas parabéns pela atitude. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Valter; Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, este projeto já esteve aqui na Câmara, mas desta vez acho que temos que aprová-lo por ser necessária a adequação à Lei Federal. Essa Lei Federal veio para diminuir a guerra fiscal entre os Municípios, porque ao não aplicá-la, alguns Municípios abrem mão da arrecadação e levam empresas a se instalarem lá, fazendo com que somente o empresário ganhe com isso. Nada contra, também sou empreendedor, mas temos que dar a nossa contribuição, e acho 2% de tributação um valor adequado. Quanto à emenda do Ver. Felipe Camozzato - sei que é um estudioso dessa questão -, eu discordo. V. Exa. embasa a sua emenda na liminar do Ministro Alexandre Moraes, mas não sabemos até quando ela vai vigorar e, além do mais, foi aprovada de forma monocrática, ainda teria que passar pelo Pleno. Se cair essa liminar, na forma como foi elaborada a sua emenda na questão de divisão dos tributos com os municípios onde a pessoa mora, o tomador do serviço, podendo usar essa despesa, se o Município de Porto Alegre tiver alguém que... Ele não vai poder abater a despesa do de Canoas, vai poder abater em Porto Alegre, e a receita não vai entrar porque ela vai para Canoas, porque ele está em Canoas. Com isso, o Município vai acabar perdendo receita e as empresas de plano de saúde vão poder abater duas vezes a sua despesa. Então, só vai prejudicar o Município no caso de utilização, porque ele vai poder utilizar a despesa, mas não vai receber a receita do Município se a pessoa mora... Foi o que eu entendi, se tiver equivocado, peço ao Ver. Felipe, depois, que nos ajude a esclarecer, mas o meu entendimento, Ver. Ferronato, é que se o tomador de serviços estiver em Canoas, uma empresa de Porto Alegre vai poder utilizar essa despesa para abater nos tributos que pagaria ao Município. Em compensação, essa receita do Município de Canoas ou de outro Município, ficaria no

Município. Então, o nosso Município de Porto Alegre teria... Essa pessoa que mora em outro Município abateria... A empresa do plano de saúde abateria em Porto Alegre as despesas do cidadão que mora fora de Porto Alegre, mas não teria receita. Então, o Município só entraria com a parte de diminuir a sua receita com a despesa. Então, somente a empresa de plano de saúde é que teria vantagem, porque poderia abater, mas o Município não receberia esse recurso, porque o recurso iria para Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo. Ele vai receber o recurso do cidadão que utilizar, mas a despesa seria abatida no lucro da empresa em Porto Alegre. Então, com a aprovação dessa emenda, o Município terá prejuízo quando o utilizador do plano de saúde for de fora de Porto Alegre. Portanto, não tem como eu votar numa emenda que só tira vantagens da cidade de Porto Alegre, e o contribuinte, o cidadão de Porto Alegre, vai perder receita. Então, nada contra as empresas, mas ela não pode abater uma despesa na hora de pagar o imposto e a receita ir para outro lugar. Então, com essa emenda, o Município de Porto Alegre só perde, e eu tenho que defender os interesses do cidadão de Porto Alegre, como Vereador da Cidade. Muito obrigado, votarei contrário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Vejam como são os enfoques, exatamente isso. Eu vou votar favoravelmente a essa emenda, Ver. Felipe Camozzato, porque eu acho que o cidadão ganha. Não é o Município que perde, é o cidadão que ganha, é o cidadão que vai ter a sua base de cálculo minorada e por isso vai ganhar. Dentro dessa lógica – a gente vai partir para essas discussões, aqui, desses projetos – vai ser toda a discussão do IPTU também. Acho que o cidadão ganha, o dinheiro roda mais na Cidade, à medida que ele não é aumentado no seu IPTU. Então, eu quero parabenizar o Ver. Camozzato. É uma emenda bem construída e coloca uma questão importante que é a diminuição da base de cálculo para taxaço do imposto, do ISS, e por isso nós seremos favoráveis. Entra numa lógica parecida com a da primeira emenda, da diminuição da sobretaxação do ISS. Nós evidenciamos isso muito claramente, quando analisamos esses tributos municipais.

Também, falando um pouco dessa questão tributária toda, é importante dizer que nós estamos observando aí uma série de projetos, e esse entra nessa lógica de aumento de impostos. Com o aumento de impostos, o que acontece com o dinheiro? Ele circula menos, ele diminui o poder de compra daquelas pessoas da classe média baixa, e até da classe média alta! E isso faz com que a Cidade, efetivamente, empobreça. Então, quem não é economista como eu, quem é médico e vive as questões do cotidiano tem observado essas questões. E a lógica de dizer que precisa de tudo isso, que precisa desses aumentos de impostos para que o Município possa sobreviver, nós estamos vendo aí coisas públicas sendo observadas que mostram que aquilo que nós conversamos aqui, já mais de uma vez, nesta tribuna, de que o ano de 2017 mostrou que

o Município não teve um déficit e sim um superávit da ordem de mais de R\$ 160 milhões, as situações públicas e notórias mostram que isso realmente, efetivamente, aconteceu. Porto Alegre não está alijada de uma crise estadual e nacional, mas uma crise do momento; não é uma crise estrutural, é uma crise conjuntural, faz parte de uma conjuntura de aspectos, mas, mesmo neste processo, o Município teve um superávit no ano de 2017. Isso possibilitou que o Prefeito pudesse fazer, no intervalo do Fantástico, uma publicidade de mais de R\$ 5 milhões sobre as ações que já pôde executar, graças ao superávit, na Secretária Municipal de Saúde, por exemplo. Isso deu possibilidade, inclusive, de o Executivo alugar três andares de um prédio por mais de R\$ 3 milhões – mais de R\$ 3 milhões! Então, o que fica bem claro nestas questões é que não existe crise; na verdade, o que está faltando é priorizar as questões, priorizar as obras que a Prefeitura efetivamente precisa fazer; isso, muitas vezes, em muitos setores, não estamos vendo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, nós estamos aqui encaminhando a votação do PLCE nº 004/18 que, de acordo com a justificativa da Prefeitura e da Secretária Municipal da Fazenda, visa a adequar a legislação municipal à legislação federal. A questão envolvendo guerra fiscal entre Municípios é notória e prejudicial a todas as cidades; porém, existem certos aspectos que precisam ser destacados para que o debate não se perca e não fique superficial. Da mesma forma em que a guerra fiscal traz prejuízos graves à economia dos Municípios porque muitos abrem mão de recursos necessários à implementação e à manutenção das políticas públicas. Por outro lado, muitas dessas isenções são concedidas sem contrapartidas como, por exemplo, a criação de postos de trabalho para a população. E isso se vê notoriamente quando alguns empreendimentos grandes se estabelecem em uma Cidade às custas dessa renúncia fiscal, porque, na verdade, a concessão de benefícios, a guerra fiscal é, sim, renúncia de recursos por parte do administrador e a empresa que está se instalando naquela localidade fecha uma outra unidade em outra Cidade do país transferindo o material humano, os seus trabalhadores, para aquela localidade. Ou seja, a criação de postos de trabalho, o desenvolvimento econômico e a geração de renda para população não acontecem. Portanto é extremamente danoso esse tipo de prática, que é histórica em nosso país. Tivemos na década de 1990 problemas com montadoras de automóveis que deram bastante repercussão. Agora, este projeto, em tese, aumenta a arrecadação da Prefeitura – aumenta a arrecadação –, portanto é um projeto com finalidade arrecadatória. O Prefeito não pode negar isso! Essa linha argumentativa de que é apenas um ajuste cai por terra. Vai aumentar, sim, a arrecadação, existe a arrecadação em alguns setores que vão pesar mais no bolso da população e de empreendedores, obviamente. Agora, essa arrecadação se reverterá para

qual finalidade? Vamos citar um exemplo de ontem, na nossa Comissão, a CEDECONDH, a Ver.^a Mônica estava presente, o Ver. Dr. Thiago também, pois era Comissão Conjunta, CCJ e CEDECONDH, nós falamos sobre a questão do Conselho Tutelar da Microrregião 7, que, em janeiro deste ano, tomou um alerta da Prefeitura. Teriam que sair do local que ocupavam, que era uma agência bancária do Bannisul, se não me falha a memória, porque a Prefeitura queria destinar ou deslocar todos esses conselhos tutelares para prédios próprios, ou seja, prédios do Governo, justamente para fazer economia de recursos. E eis que a Prefeitura, no Diário Oficial, nosso DOPA, publica que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vai ganhar uma sede de três andares, num belo prédio. E o que mais me chamou a atenção não é a assinatura do contrato e os valores anuais de R\$ 629.850,00 e, sim, a taxa condominial de R\$ 45.200,00/mês. Taxa condominial de R\$ 45.200,00! Eu duvido, duvido que os custos de manutenção de todos os conselhos municipais desta Cidade cheguem a um mês de condomínio que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vai consumir dos cofres desta Cidade! Isso é um absurdo: R\$ 45 mil de condomínio para a parte na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. É o mau uso dos recursos públicos que envergonha todos nós e faz com que os recursos que deveriam ser investidos em políticas públicas escoem pelo ralo. Portanto, aumentar a arrecadação, taxar a população ainda mais, mesmo porque quando o micro e o pequeno empresário são sobretaxados, essas taxas, obviamente, são revertidas para o bolso da população. E, portanto, não podemos silenciar frente a isso. A política pública implementada pela Administração desta Cidade é lamentável, é prejudicial a todo e qualquer porto-alegrense, não apenas empresários, não apenas empreendedores, mas para todo o cidadão, porque nós estamos sofrendo com o mau uso e má gestão desta Cidade, o mau uso dos recursos públicos. A nossa Cidade está caindo aos pedaços e os serviços públicos estão sendo abandonados. A nossa visão é de que este projeto não é bom, não agrega para a nossa Cidade e, portanto, lamentamos o fato de termos que discuti-lo, encaminhá-lo e votá-lo tão apressadamente. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores e nossos ouvintes, eu vou registrar aqui desde já que votarei favorável ao projeto. E estou aqui para explicar, até porque ouvi manifestações anteriores de que, na verdade, este projeto é de aumento de imposto, é um projeto arrecadatório. E isto nós precisamos deixar claro, principalmente para o nosso porto-alegrense, nosso telespectador e ouvinte: nós estamos votando aqui um projeto encaminhado pelo Executivo que busca atender

determinações federais da Lei Federal nº 157, de 2016, que tem, sim, cunho de até moralizar um pouco a fúria entre Municípios, que é, Ver.^a Lourdes, V. Exa. sabe bastante bem, essa disputa de guerra fiscal que ajuda a destruir as finanças públicas do nosso País.

O que diz a lei federal? Que é proibida a concessão de isenção, anistia, não incidência, redução de base de cálculo, incentivos e benefícios fiscais e que a alíquota mínima do ISSQN precisa estar, no mínimo, 2% da receita. É isso que está se fazendo. Portanto, o nosso porto-alegrense, ilustres senhoras e senhores, não estamos aqui discutindo que vamos aumentar, porque aumentar... Claro que estamos fazendo uma avaliação do projeto em si, agora estamos atendendo, votando com a responsabilidade que precisamos ter, que é a responsabilidade de não jogar o Executivo em crime de responsabilidade fiscal e que é atender aquilo que a lei federal determina. Eu voto “sim” ao projeto e contra as duas emendas. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fazer a adequação à exigência da lei federal não quer dizer que o Governo municipal tem que colocar o ISS no teto. Fazer a adequação à lei federal não quer dizer que o Governo tem que incluir o que não está na lei federal e estadual. A lei federal não prevê que médicos, advogados, psicólogos, arquitetos, engenheiros e profissionais liberais que pagam ISS, que têm que emitir ISS, têm que emitir notas que viram empresas, como nós vimos e fizemos a adequação com a emenda do Dr. Thiago e do Ricardo Gomes. Não quer dizer que tem que adequar ao máximo. O que nós estamos dizendo é que a nossa Cidade - estamos pedindo ao Sr. Prefeito – vire competitiva, que use os 2% como o máximo, que atraia investimentos para cá, que as empresas venham se instalar aqui. É isso o que nós estamos pedindo, que as empresas venham se instalar em Porto Alegre, que o nosso comércio fique mais forte, que o nosso comércio seja maior. Agora, o que nós pedimos é que, de fato, a Prefeitura também faça a sua parte, que a Prefeitura não gaste mais em publicidade. Se nós tivemos uma epidemia de sífilis, se nós tivermos uma epidemia qualquer na área da saúde, é obrigatório que os meios de comunicação façam alertas à população; não precisa o Governo gastar os R\$ 5 milhões, que saiu no Diário Oficial do Município, divididos em vários meios de comunicação. Não precisa o Governo, Ver. José Freitas, que me ouve atentamente, gastar os R\$ 5 milhões que saíram na publicidade veiculada durante o Fantástico. Está lá marcado: somente no Fantástico saíram R\$ 5 milhões em publicidade para se autopromover.

E não precisa, como já falou aqui o Ver. Prof. Alex Fraga, o Governo, só em condomínio, gastar, em um ano, R\$ 540 mil. Só em condomínio! E gastar só em aluguel desse prédio que o Governo está alugando mais de R\$ 6 milhões. O aluguel é R\$ 629

mil por mês. Não precisa, porque tem vários prédios públicos que poderão ser adequados. Não precisa o Governo estar gastando isso.

Nós queremos ajudar o Governo, e volto a afirmar aqui que nós não somos contra atualizar a planta do IPTU. Atualizar é uma coisa, agora quando se coloca no IPTU uma correção de 30% ao ano está aumentando imposto.

A planta do IPTU vem sendo atualizada, há *drones* aí pela Cidade. Ontem mesmo, eu estava na Zona Norte, conversando um senhor que tem uma sapataria lá, bem pequena, onde cabem ele, seu balcão e os sapatos que ele arruma lá. Ele pagava mensalmente R\$ 38 de IPTU; agora, ele paga mais de R\$ 160 mensais de IPTU. Então, a atualização já vem sendo feita em vários bairros de Porto Alegre, o que falta é que os órgãos do Governo façam a sua parte – como já foi dito aqui várias vezes –, que é cobrar, o que falta é cobrar, o que falta é a Prefeitura fazer a sua parte, principalmente na hora de economizar, principalmente na hora de enxugar, principalmente na questão dos CCs.

Então, eu acho que na questão do ISS, com as emendas que foram apresentadas aqui, eu acho que vão se fazer as correções necessárias, agora não incluindo pessoas ou profissões que não estão previstas na lei federal, que não estão previstas na lei estadual e principalmente a Prefeitura levando em consideração que o mínimo seja o teto, trazendo investimentos para a nossa Cidade, transformando a nossa Cidade numa Cidade de oportunidades, para que os investimentos venham para cá, gerando emprego, gerando renda, botando a nossa Cidade no mapa de investimentos, botando a nossa Cidade no mapa em que as pessoas possam ter os seus negócios aqui em Porto Alegre, não levando os negócios para depois da ponte, não levando os negócios para os municípios vizinhos. Esse é o papel do gestor público, trazer as empresas para a nossa Cidade, não afastando as empresas em função da tributação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Apregoo as Emendas nº 03 e nº 04, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao PLE nº 003/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 ao PLE nº 002/18.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal o PLCE nº 004/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos SIM e 01 voto **NÃO**.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLE nº 002/18.

VER. DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0589/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/18, que institui o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Município de Porto Alegre (CADIN/POA).

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 06;
- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLE nº 002/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Valter, colegas, hoje à tarde eu já havia falado sobre a importância da discussão tributária. Já no ano passado, nós acompanhamos, no Paço Municipal, um conjunto de medidas que reorganizam as finanças do Município, em especial a questão da arrecadação. Eu sei que falar em Cadin, inscrever em dívida ativa, colocar à vista devedores, para o senso comum, é algo tremendamente antipático, mas eu sou uma das pessoas que têm a convicção de que, regra geral, Ver. Ferronato, o senso comum está redondamente enganado. Nas questões tributárias, regra geral, o senso comum se engana de “a” a “z”. Muitas vezes, se engana porque vemos nas manchetes de jornais: grande devedor, Fulano de Tal, empresa de telecomunicações, que entrou em recuperação judicial, deve R\$ 85 milhões; entre isso, tem tanto de impostos. É uma babilônia! É claro que eu, que vejo isso e que, às vezes, sou inscrito na Serasa por uma conta estapafúrdia de uma dessas empresas de telecomunicações, vou ficar enlouquecido, por óbvio, mas eu tenho que ter consciência do seguinte: não existe estado social, não existe cuidado com a pessoa – educação,

saúde, meio ambiente, habitação – sem um estado que se organize de forma coerente e que cobre os tributos que têm que ser cobrados.

O IPTU é o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sobre o valor venal das propriedades, e, inclusive, deve ser progressivo nos valores e no tempo – a questão do tempo vai ser uma grande discussão aqui quando discutirmos IPTU. O ISS pode parecer pouco – eu dei o exemplo dos salões de beleza, em que nós temos o salão parceiro e o profissional parceiro –, pode parecer irrisório pagar R\$ 5,00 de ISS, mas ele vai estar organizado, ele vai estar formalizado, e, portanto, com garantias. Por isso que acho importante que a gente crie uma educação tributária neste País, especialmente em Porto Alegre. Todos têm que pagar, os grandes, os médios e os pequenos, porque tributo é devido, é tributo, imposto, é uma parte de um tributo e, como o nome diz, é imposto, uma imposição, taxa, taxar, uma contraprestação de serviço, tarifa, no caso de uma concessão como dos ônibus, etc. e tal. Logo, nós vamos acompanhar o projeto, nós vamos acompanhar a proposição. Havia um ponto que discutíamos aqui há pouco, no plenário, onde falava da inclusão, exclusão, poderia causar anotações para o servidor. Nós não tínhamos entendido muito bem a redação, depois ficou claro. É importante, não precisaria estar, porque o gestor público, especialmente, o servidor da Fazenda, que tem fé pública, ele tem acesso a informações que qualquer cidadão não tem, exatamente porque ele fez concurso público para essa função, ele não pode incluir e excluir pessoas aleatoriamente sem cuidado, sem a devida prestação porque o tributo, quando ele é anotado, quando há a sua formalização, há a cobrança. Sujeito passivo, nós, os contribuintes temos que pagar, temos que adimplir, nós temos que depois pagar e pedir para o Governo a quitação e dizer: eu paguei, eu contribuí com o caixa da Prefeitura para ter a retribuição, que são os serviços que as comunidades, que o povo precisa. Por isso nós vamos acompanhar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 002/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero falar é de transparência, Vereadores e Vereadoras. Eu tenho comigo que a Prefeitura não pode agir só para um lado, olhar para os devedores da Prefeitura de Porto Alegre, criar um cadastro, o Cadin/Poa, colocar a público quem deve para a Cidade. Tem que ter cuidado, depois nós vamos debater, tem várias emendas que colocamos. Mas é preciso que se fale sobre como a Prefeitura lida com os dados, com os números, com a sua responsabilidade de ser transparente com os cidadãos e com as cidadãs. Eu vou começar com os fundos, que é um dos projetos que nós vamos votar. Nós estamos com um problema seriíssimo no Funciança, que já foi, inclusive, objeto de uma observação do Ministério Público de Contas determinando que a Prefeitura tenha prazo, tenha conta específica; do mesmo jeito, o Fundo do Idoso, porque nem os recursos que as entidades captam da sociedade civil, das empresas para continuar a atender crianças, idosos,

pessoas com deficiência, a Prefeitura consegue, num prazo curto, desembolsar. O dinheiro entrou, não é seu, a Prefeitura não consegue entregar para a entidade que está lá com dificuldades, seja na estrutura física, seja na alimentação, seja no custeio, atendendo a milhares e milhares das pessoas mais vulneráveis desta Cidade. No Funcrância, leva mais do que 40 dias. Tem situações que levaram seis meses, quatro meses. O próprio Vice-Prefeito Paim, a última vez que eu falei, ficou chateado comigo. Eu fui verificar os prazos, e estamos de novo com uma morosidade inaceitável. Uma falta de transparência sobre quanto recurso está lá, uma falta de agilidade para processar o recurso que entra numa conta e que tem que chegar numa conta da entidade.

Vamos falar de outro fundo, Ver. Adeli, que é um militante, que é um lutador, que é o Funmercado. O Ver. Adeli já falou desta tribuna, e eu falo mais uma vez. Tenho feito Pedido de Informações, porque há recursos no Funmercado que não estão no Funmercado, não estão numa conta específica. Eu tenho resposta por escrito da Prefeitura dizendo que o Funmercado é apenas contábil e se vocês forem no Mercado Público hoje verão o lixo, a falta de limpeza, a falta de manutenção, sentirão o cheiro, a escuridão, a insegurança e a sujeira no entorno, pessoas jogando lixo lá para ser recolhido com o lixo do Mercado, porque a Prefeitura não investe os recursos do Funmercado. E que recursos são esses? São os recursos que vêm do aluguel daqueles permissionários, das bancas que estão lá atendendo a população. Não tem transparência, não tem retorno para o fim a que se destina.

Vamos falar de outras transparências, das contas da Prefeitura, receita e despesa – é uma cantilena que insistimos aqui da tribuna. Há divergência nos números, gasto com pessoal em relação ao que o Tribunal de Contas diz que há de comprometimento do gasto com pessoal. Há divergências nos números, a Prefeitura diz que há numa LDO R\$ 500 milhões de déficit, e fecha o ano com R\$ 163 milhões de superávit. Onde está a transparência da Prefeitura? Qual a intenção de uma Prefeitura que não mostra os números, que não é clara, que não está disponível para os cidadãos? Onde está o dinheiro da Verte, do plano de saúde dos municipais? Eles pagam, eles descontam, mas está com problemas de continuidade de consultas, de tratamentos continuados que a Prefeitura não repassa. Onde está o dinheiro da Verte, da saúde dos municipais? Então, estamos aqui discutindo um projeto que vai exigir do cidadão, que vai expor o cidadão que deve para a Prefeitura e a Prefeitura, quando a Prefeitura vai ter transparência, seriedade no tratamento dos números e do recurso, que é seu, que é nosso, mas também aquele que as entidades captam, e nem esse as entidades conseguem acessar. Ou aquele dos funcionários, que é para a saúde, que é descontado do seu contracheque, e que não chega no plano de saúde. Então, queremos transparência do Prefeito Marchezan. A mentira tem perna curta, Prefeito, e a Cidade logo saberá que não se sustenta toda essa crise que o senhor argumenta e para aumentar impostos na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Presidente Valter, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 17h11min:
Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0813/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/18, que dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos, e novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos, criação do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, autoriza o Poder Executivo a reverter os saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal, e dá outras providências.
Com Emendas nºs 01, 02 e 03.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não há inscritos para discutir a Pauta.

Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h12min)

* * * * *